



ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: funções e ações na formação docente

Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor
(Instituto Federal de Goiás)

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um tema de grande relevância nas discussões acerca da formação de professores, pois consiste em uma etapa fundamental e imprescindível na capacitação desse profissional. Nesse sentido, este artigo tem como tema as ações dos três principais sujeitos envolvidos no processo: o professor de estágio, o supervisor e o estagiário. O ponto central em relação a essas ações consiste em saber quais os papéis têm sido atribuídos a tais sujeitos e, por conseguinte, as respectivas implicações dessas ideias.

O objetivo geral deste artigo consiste na discussão acerca do estágio supervisionado na área de ensino de língua portuguesa e visa, por conseguinte, analisar a legislação específica e demais concepções sobre as ações desempenhadas pelos professores, supervisores e estagiários. Nesse sentido, a diretriz metodológica da pesquisa que este projeto apresenta possui procedimentos exploratórios bastante definidos, pois conta com duas ferramentas legitimadas tradicionalmente pelos manuais de metodologia científica: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica se constitui como uma etapa fundamental em quase todo tipo de investigação científica. Posto que a mesma influencia as demais etapas de um estudo, considerando que parte dela a fundamentação teórica sobre a qual o trabalho estará alicerçado. Fazem parte da pesquisa bibliográfica: o levantamento de obras (livros, artigos, teses, dissertações, monografias etc.), a seleção, o fichamento e o arquivamento de informações relacionadas ao tema da pesquisa.

Quanto à pesquisa documental, é relevante expor que a mesma “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (CAULLEY apud LÜDKE e ANDRE, 1986, p. 38). A relevância dessa abordagem consiste no fato de que:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante,



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

A justificativa para a escolha desse aparato teórico-metodológico, dentre outros possíveis, ocorreu em razão de este arranjo poder proporcionar uma visão mais holística do contexto estudado e, também, por oferecer condições mais adequadas de execução, considerando o tempo hábil e as dimensões do estudo.

Resultados e Discussão

A história do ensino de Língua Portuguesa no Brasil é bastante extensa e contundente, o que a torna muito relevante aos professores e aos futuros professores. Nesse sentido, Magda Soares (s.d) faz um traçado historiográfico situando espacialmente e temporalmente o professor de língua portuguesa no Brasil e pontua que a existência da disciplina “Língua Portuguesa” é evidenciada nos currículos escolares tardiamente no país, ou seja, nas últimas décadas do século XIX. Mais tardio que isso foi o processo de formação do professores da respectiva disciplina, que só foi ter início na década de 1930.

Se o país em questão tivesse um século ou menos de história, tais datas poderiam até não indicar atraso, contudo, fala-se de um país que contava com uma população considerável e com mais de quatrocentos anos de existência. Nesse contexto, também não pode ser deixada de lado a condição de colônia vivida pelo Brasil durante mais de três séculos. Desse modo, é necessário considerar que inúmeros fatores econômicos, políticos e sociais engendraram uma pedagogia, cujas características, sem exageros, embasavam-se em concepções elitistas e marginalizantes.

Esse fator, por si só, já repercutiria sobremaneira no arranjo final da disciplina, mas ainda é necessário acrescentar que a constituição do povo e da cultura brasileira contou com elementos oriundos de diversas etnias. Desses grupos, emergiram diversos níveis e variações linguísticas que se chocaram, e ainda se chocam, com elementos que integram o núcleo tradicional da língua portuguesa, núcleo este que predomina nas prescrições gramaticais em detrimento dos demais.

Como está presente em quase todos os livros de história da língua portuguesa, por volta do século XVIII, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, oficializou



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

a Língua Portuguesa no Brasil. Tal atitude, que mescla interesses políticos e econômicos, não foi acompanhada de uma reflexão detalhada que contemplasse o processo de ensino e aprendizagem, assim, tal ensino nada mais foi que um arremedo do método aplicado ao ensino do Latim já presente no Brasil e dirigido a uma camada social seletíssima.

Somente no século posterior à oficialização da língua portuguesa no território brasileiro é que se pôde, de fato, contar com um modelo de ensino mais próximo à realidade de uma língua moderna. Isso ocorreu por meio da criação do Colégio Pedro II, cuja influência perdurou por grande parte do século XX, vindo a esmaecer com o advento da democracia.

Improvisos caracterizam muito bem essa fase do ensino de língua portuguesa no Brasil, pois, quando se buscou inserir de modo célere as camadas, até então negligenciadas, de alunos nas escolas, os resultados mais contundentes foram o aumento descontrolado de novas escolas e o recrutamento mais amplo e menos seletivo dos professores.

Não é necessário ser um especialista em economia para perceber que esse foi o momento crucial do processo de depreciação da profissão docente. Reduzindo tal contexto à conhecida “lei da oferta e da procura”, tinha-se, portanto, uma grande demanda por esses profissionais e vários “professores” à disposição, visto que a formação especializada era, nesse momento, prescindível. Após fechar a conta, não demorou muito para tal situação condicionar o rebaixamento de salários e o descaso com as condições de trabalho, o que inclui ambiente de trabalho, planos de carreira, segurança etc.

Tais fatores, evidentemente, repercutem no horizonte de expectativas daqueles que pleiteiam a carreira docente. Em conjunto, ocasionaram a perda de prestígio da profissão, e isso fez alterar drasticamente o interesse pelos cursos de Letras. Tal dinâmica não foi exclusividade dessa área, esses mesmos problemas foram determinantes no desinteresse amplo e massivo pela docência.

Não é necessário esforço para compreender que tal achatamento da profissão contribuiu para a formação de uma população iletrada e com sérias dificuldades de comunicação em contextos formais. O mau planejamento relativo à disciplina no passado gerou resultados nocivos que extrapolaram o século XX e avançam sobre o XXI. Como uma luz no fim do túnel surgiu a Linguística nos anos 1980 e, posteriormente, a Sociolinguística, a Linguística Aplicada, a Linguística Textual, a Análise do Discurso, a Pragmática etc.



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

Somente na década seguinte é que tais ciências da linguagem começaram a alcançar e integrar os documentos oficiais (*Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN*) e o currículo das escolas no Brasil. Acompanhando esse movimento, os cursos de graduação em Letras também inseriram essas abordagens nas grades curriculares, tornando o estudo da gramática prescritiva, no máximo, um tema coadjuvante.

Tudo isso que fora elencado influenciou e ainda influencia o processo de formação de professores. Apesar de isso ser algo notório, a percepção de tal realidade só é contemplada de forma efetiva pelo estudante de licenciatura quando o mesmo necessita realizar as disciplinas de estágio, visto que tal momento é, para muitos, o primeiro contato com a sala em uma perspectiva diferente daquela conhecida como aluno.

O estágio é, desse modo, um momento de tensão, pois insere a prática em um contexto (licenciatura), por vezes, totalmente teórico. Mais do que isso, esse momento coloca em pauta as competências, as habilidades, as inseguranças e a disposição do discente, tudo ao mesmo tempo, tudo se inter-relacionando.

Tal conjunto de fatores “[...] visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008, § 2º do art. 1º). Assim, legalmente, concebe-se o estágio como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008, art. 1º do cap. I).

A relevância do estágio e a responsabilidade de sua oferta, orientação e supervisão, demandam não só teoria, mas também instrumentos que torne mais transparente e organizado o processo, um desses instrumentos é o termo de compromisso. Esse termo nada mais é que um acordo celebrado entre o estagiário, a instituição que oferece o estágio e a instituição de ensino. Nesse documento devem-se prever condições em que se adéque o estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estagiário e ao horário e calendário escolar (BRASIL, 2008b, p. 28).



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

Percebe-se que o termo de compromisso é o documento central do estágio, nele as obrigações das partes são descritas e firmadas por suas assinaturas no mesmo. Desse modo, é recomendado que conste no termo itens como:

- a) dados de identificação das partes, inclusive cargo e função do supervisor do estágio da parte concedente e do orientador da instituição de ensino; b) as responsabilidades de cada uma das partes; c) objetivo do estágio; d) definição da área do estágio; e) plano de atividades com vigência; (parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.788/2008); f) jornada de atividades do estagiário; g) horário da realização das atividades de estágio; h) definição do intervalo na jornada diária se for o caso; i) vigência do Termo de Compromisso de Estágio; j) motivos de rescisão; l) concessão do recesso dentro do período de vigência do Termo de Compromisso de Estágio; m) valor da bolsa, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008; n) valor do auxílio-transporte, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008; o) concessão de benefícios, nos termos do § 1º do art. 12 da Lei nº 11.788/2008; p) número da apólice e a companhia de seguros (BRASIL, 2008b, p. 28-29).

A Lei de estágio foi antecedida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) e se destinou às várias esferas profissionais, incluindo evidentemente, a docente. Em razão de sua generalidade, não pôde ser precisa em absoluto no que tange às especificidades da formação de professores, contudo, os instrumentos por ela implantados são condizentes com concepções da LDBEN (1996), como demonstra a citação a seguir:

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: [...] a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço (BRASIL, 1996).

Esses apontamentos corroboram a ideia de que a carreira docente tem suas especificidades, mas, legalmente, é uma profissão como as demais e, como tal, não deve ser desprestigiada ou interpretada de forma difusa, principalmente em razão de sua relevância social. Isso deveria ser uma obviedade, contudo, percebe-se em várias visões estereotipadas relativas à docência que resta muito a ser feito para desconstruir os discursos nocivos e desestimulantes referentes a essa área profissional.



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

Esse trabalho, evidentemente, deve ser enfatizado no momento do estágio por meio das ações dos professores, dos supervisores, das instituições e dos próprios estagiários. A lei de estágio pontua detalhadamente cada uma das obrigações formais dos envolvidos:

O professor de estágio	O supervisor de estágio	O estagiário
O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final. [...] O professor orientador deve ser da área a ser desenvolvida no estágio, e será o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário (BRASIL, 2008).	O supervisor do estagiário da parte concedente deve ser funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário (inciso III do art. 9º da Lei 11.788/2008). O supervisor da parte concedente somente pode orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente (inciso III, do art. 9º da Lei 11.788/2008).	O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes (BRASIL, 2008, cap. VI, art. 16).

As instituições de ensino que desenvolvem o trabalho de estágio prestam um serviço social importante, pois criam condições propícias ao desenvolvimento da formação do professor. Tal ato é ainda mais louvável quando se considera que a mesma, além de oferecer a formação teórica e a orientação prática, ainda se submete a uma série de requisitos, como exposto a seguir:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso,



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas; VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos; VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas. Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Há, portanto, uma inter-relação entre quatro elementos distintos que terão incumbências específicas, cujo grau de efetividade com que forem desenvolvidas irá contribuir ou não para que cada elemento tenha sucesso em suas respectivas ações. A reciprocidade e a compreensão são palavras-chaves para um bom trabalho nesse contexto. De modo bastante resumido, pode-se conceber o processo dessa forma:



O estagiário tem a oportunidade de usufruir do contexto real de trabalho existente na instituição concedente, enriquecendo seu aprendizado por meio da prática e da reflexão; o professor de estágio pode renovar seu repertório de leituras e acompanhar novas experiências; o supervisor de estágio terá um aliado dentro da sala de aula e um interlocutor que o ouça e opine sobre a turma, o conteúdo, a didática etc.; e, por fim, a instituição concedente pode ter em seu âmbito discussões cotidianas relevantes sobre ensino e aprendizagem.



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

O estágio é, talvez, o melhor momento para extirpar quaisquer concepções infundadas ou preconceituosas acerca da docência, concepções estas que, muitas vezes, fundem-se sutilmente à própria subjetividade do professor. Trata-se de uma etapa pontual para instruir o estagiário a se desvencilhar de pensamentos baseados meramente no senso comum que, predominantemente, buscam legitimar práticas ou ideologias descomprometidas com a ciência, a cultura e com as reais demandas sociais. Nesse sentido, é importante frisar que

Assim como o médico não se guia por suas opiniões pessoais, gostos e preconceitos para nortear a direção do tratamento dos pacientes, o professor não pode guiar-se exclusivamente pela percepção sensorial. O professor precisa, como profissional da educação, criar dispositivos com fundamentação teórica para que consiga vislumbrar, para além das aparências, a assimilação, as falhas, os pontos que precisam de reforço etc. (RIOLFI et al., 2008 apud FAIRCHILD, 2010, p. 273).

Fairchild (2010, p. 273) vai ao cerne da questão quando pontua que, atualmente, vive-se um problema que é a expectativa relativa ao professor de Português, ou seja, a indefinição daquilo que se espera desse profissional. Tal problemática se constrói a partir dos elementos que integram tal identidade profissional. Há, por um lado, os defensores do ensino da norma gramatical, do ensino da ortografia e da estilística impecáveis, da exegese literária canônica etc. e, por outro lado, há os debates epistemológicos que reconfiguraram profundamente a disciplina nos anos 1980 e que, dentre outros aspectos, trouxeram uma nova concepção de língua (sociointeracionista), tornando várias abordagens pretéritas.

Essa guinada dos anos 1980 ultrapassou as fronteiras do debate acadêmico, chegando até aos documentos oficiais (PCN). Isso criou uma espécie de pressão cuja forma de adequação a esse novo panorama seria a de o professor aderir a essa linha teórica. Se ainda não está evidente a problemática, basta recapitular que nesse processo não houve o devido acompanhamento que garantisse tal adesão do professor de modo mais profundo e não um arremedo de vulgatas teóricas ou cópias fragmentadas de ideias dos teóricos em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Letras é uma etapa crucial na formação do professor de Língua Portuguesa. Em razão disso, é necessário que este assunto esteja sempre em pauta na academia, distribuído nas várias disciplinas que compõem o respectivo currículo. Se tal tema



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

for exclusivo da disciplina Estágio, corre-se o risco de sobrecarregar o discente ou fazê-lo pensar que este momento não tem conexão com o restante do curso.

O distanciamento das discussões acerca do estágio em relação às disciplinas da área de Literatura e Linguística cria a impressão de impossibilidade de transposição didática. Esse problema compromete a confiança do estagiário, já que tal fato o faz acreditar que os conhecimentos que ele adquiriu não poderão ser aplicados em sala de aula. Percebe-se, portanto, que tal tema não se circunscreve a uma disciplina, pois tangencia todo o andamento da licenciatura. Desse modo, quanto melhor forem definidas e efetivadas as ações dos sujeitos envolvidos com o estágio e mais amplo for o diálogo com as demais disciplinas, mais chances existirão de se lograr êxito em todo o processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. *Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio: lei nº 11.788/2008b*. Brasília: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2008. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/Cartilha_Lei_Estagio.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

DANIEL, Luana Amoroso. O professor regente, o professor orientador e os estágios supervisionados na formação inicial de futuros professores de Letras. Piracicaba, SP, 2009. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/MWHHLKIGEUBK.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

FAIRCHILD, Thomas. O professor no espelho: refletindo sobre a leitura de um relatório de estágio na graduação em Letras. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n1/14.pdf>>. RBLA, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 271-288, 2010.

GONÇALVES, Adair Vieira; PINHEIRO, Alexandra Santos. Reflexões sobre o Estágio Supervisionado em Letras. Disponível em: <http://www.uems.br/seminarioestagio/anais/completos/Final_letras.htm>. Acesso em: 25 out. 2015.

MACHADO, Dinamara P.; REIS, Paula Cristina; BARBOSA, Siderly C. D. A. Análise das experiências da disciplina de estágio supervisionado do Curso de Letras em Curitiba. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/803/87>>. Acesso em: 29 out. 2015.



XI Encontro de Formação de Professores de Língua Estrangeira – ENFOPLE

NICOLA, Rosane de Mello Santo. Prática reflexiva e ensino de língua: uma experiência de estágio supervisionado alternativo. VII Congresso Nacional de Educação Saberes Docentes. 2007. Disponível em:

<http://ilustracao.coc.com.br/colégio/pdf/UMA_EXPERIENCIA_DE_ESTAGIO_SUPERVISIONADO_ALTERNATIVO.pdf>. Acesso em: 28 out. 2015.

SILVA, Wagner Rodrigues da. Proposta de análise textual-discursiva do gênero. Relatório de estágio supervisionado. D.E.L.T.A., 28:2, 2012. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/5627/14438>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. LUCENA, Josete Marinho de; SEGABINAZ, Daniela. Estágio supervisionado e ensino de língua Portuguesa: reflexões no Curso de Letras/Português da UFPB. *Raído*, Dourados, MS, v.8 , n.15, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/2278/1758>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SOARES, Magda. Que professor de português queremos formar? Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/viiiisenefil/07.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.